



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 06 • 10 a 16/04/2005 • ISSN 1809-6182

Análises

11/04/2005 – Combate ao terrorismo na era da informaçãop.01

Apesar dos esforços para combater o terrorismo, a sensação de medo e insegurança não está diminuindo. Atribui-se isto à não-adequação da estratégia utilizada.

11/04/2005 – O comércio de armas entre Moscou e Damasco e seus impactos políticos no Oriente Médiop.05

A venda de mísseis russos para a Síria representa muito mais que um acordo de cooperação militar entre os dois países e mostra a vontade de Putin em se fazer ouvir nas questões referentes ao Oriente Médio.

15/04/2005 – A nova lei anti-secessão e as relações entre a China e Taiwanp.08

No último Congresso Nacional Popular da China foi criada uma lei que permite o uso de meios não pacíficos para a resolução da divergência entre os dois países, caso Taiwan declare formalmente sua independência. Torna-se, então, premente o estudo dessa mudança nas relações entre ambos e os demais países do sistema internacional.

15/04/2005 – Instabilidade no Quirguistão: envolvimento de questões étnicas e geográficasp.12

Eleições parlamentares marcadas por fraudes culminaram com a destituição do presidente. Analistas internacionais afirmam que a “ilha de democracia” que o Quirguistão representava na região da Ásia Central foi a causa da queda do regime pró-soviético.

Resenha

15/04/2005 – Bolívia revisa sua lei para exportação de hidrocarbonetosp.16

A nova lei sobre hidrocarbonetos aprovada pela Câmara de Deputados boliviana e que está agora sob a análise do Senado foi razão de inquietações no país em março passado, culminado com o pedido de renúncia do Presidente Carlos Mesa Gisbert.

Combate ao terrorismo na era da informação

Análise
Segurança

Bárbara Gomes Lamas
11 de abril de 2005

Apesar dos esforços para combater o terrorismo, a sensação de medo e insegurança não está diminuindo. Atribui-se isto à não-adequação da estratégia utilizada.

Aconteceu em Madrid a primeira Cúpula Internacional sobre Democracia, Terrorismo e Segurança, entre os dias 08 e 10 de março de 2005, com a participação de mais de 200 especialistas em terrorismo e personalidades políticas importantes mundialmente, como o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e o chefe de política externa da União Européia (UE), Javier Solana. Organizada pelo Clube de Madrid, fundação de que fazem parte alguns ex-chefes de Estado, como Bill Clinton e Mikhail Gorbachev, e que tem como presidente o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, a cúpula tinha como objetivo não só discutir o terrorismo, como também propor soluções para o fenômeno.

Desde os atentados terroristas às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, em 11 de setembro de 2001, o combate ao terrorismo adquiriu importância na agenda internacional. Várias medidas foram tomadas, inclusive guerras iniciadas, principalmente pelos Estados Unidos, sob justificativa de dismantelar a organização dos grupos terroristas e impedir que Estados apoiem tais grupos. Apesar de todos os esforços, a sensação de insegurança e medo não diminuiu. Ao

contrário, aumentou. E o aumento da insegurança tem sido atribuído ao erro na estratégia de combate à violência empregada atualmente.

O terrorismo não é um fenômeno novo. A novidade está na forma de organização daqueles que mantêm atividades terroristas. Anteriormente, esses grupos agiam isoladamente e, a partir da última década do século XX, passaram a agir em rede, com módulos espalhados por diversos países e com suas atividades coordenadas à distância. Esta maneira de se organizar – que não se aplica somente às organizações terroristas e criminosas, mas também às empresas multinacionais (ou transnacionais, como preferem alguns) – foi possibilitada pela nova configuração do sistema internacional, que se caracteriza por maior facilidade de transporte e comunicação, intensificação dos fluxos de informação e movimentos de liberalização financeira. Uma das consequências deste processo foi a facilitação da lavagem de dinheiro e o financiamento das atividades terroristas.

Levando em conta a nova configuração do sistema internacional e da organização em rede dos grupos terroristas, Kofi Annan propôs, em seu discurso de encerramento da Cúpula Internacional sobre Democracia, Terrorismo e Segurança, em



Madrid, a implementação de medidas preventivas e dissuasivas para evitar a realização de atividades terroristas, que podem ser resumidas em cinco pontos:

1. Dissuadir grupos de escolher o terrorismo como uma forma de ação para atingir seus objetivos;
2. Negar aos terroristas os meios de levar a cabo seus ataques, evitando que tenham acesso a armas e explosivos;
3. Dissuadir Estados de dar respaldo aos terroristas, aplicando sanções severas;
4. Desenvolver a capacidade estatal de prevenir o terrorismo;
5. Combater violações dos direitos humanos.

Tais medidas parecem simples, a princípio, mas envolvem questões bastante complexas. Domesticamente, o combate ao terrorismo exige ações em duas direções. Por um lado, deve-se aumentar a capacidade de polícia do Estado, isto é, dificultar, por meio de serviços de inteligência, qualquer articulação que leve a ataques terroristas. Com isso, aumentar-se-iam os custos para aqueles que desejassem empreender ações terroristas, que talvez desistissem de fazê-lo. Tal medida, no entanto, pode esbarrar em obstáculos de difícil transposição em curto prazo, como falta de vontade política, corrupção ou escassez de recursos.

Por outro lado, deve-se impedir que alguns grupos sociais tenham como única forma de fazer com que suas demandas sejam ouvidas o uso do terrorismo. Uma alternativa seria aumentar a participação política de tais grupos, de forma que suas demandas sejam equacionadas em âmbito político legítimo. O terrorismo é considerado um instrumento de ação política de contestação¹, em que um ator tenta, por meio de ataques a um determinado público (não necessariamente a seu adversário),

imprimir um comportamento no oponente e, a partir dessa mudança de comportamento, conseguir atingir seus objetivos. Neste sentido, incluindo-os no processo decisório institucionalizado reduzir-se-iam as justificativas de ações terroristas. Contudo, nem a inclusão de todos os grupos sociais, de todas as minorias, no processo político institucionalizado garantiria a efetividade da medida, já que suas demandas podem implicar alterações profundas na estrutura de poder vigente ou postulações de sistemas sociais totalmente diferentes daquelas admitidos como certos, ou mais desejáveis, pelo Ocidente principalmente. Os objetivos de determinado grupo terrorista podem ser, inclusive, a disseminação do medo, a perda de credibilidade dos sistemas políticos ou de uma estrutura social tida como favorável a uma determinada coletividade. Assim sendo, não parece possível ou provável que a inclusão política venha a equacionar todas as demandas. Daí a necessidade de ações policiais conjugadas para evitar ataques terroristas.

O secretário-geral da ONU propôs, ainda, dissuadir Estados de dar respaldo aos terroristas. Isso levanta questões que dizem respeito à soberania e à autodeterminação, princípios vigentes desde o Tratado de Westphalia, em 1648. Desde o século XVII ficou acordado que todos os Estados seriam considerados comunidades políticas independentes, cada qual com um governo particular, que reclamam soberania em relação a um território e populações determinados, e, ainda, são equivalentes perante o direito internacional – todos os Estados reconhecem e devem respeitar a soberania (supremacia interna de suas autoridades e, ao mesmo tempo, independência das autoridades externas) dos demais Estados. Neste sentido, um Estado não pode exigir de outro Estado determinado tipo de comportamento, ainda que motivado por causa considerada nobre, como o combate ao terrorismo.

Deve-se também, segundo Annan, evitar que grupos terroristas tenham como levar a cabo seus ataques, não só aumentando a capacidade de polícia, mas também restringindo o acesso a armas e explosivos. Contudo, como dito anteriormente, as revoluções tecnológicas e a liberalização do fim do século XX fizeram com que os Estados tivessem menos controle sobre os fluxos que o atravessam – tanto de informação quanto de mercadorias, inclusive de mercadorias ilegais. Assim, o acesso a armas é facilitado a qualquer ator. Neste sentido, conclui-se que, para atingir estes objetivos, faz-se necessária a concertação de políticas no âmbito internacional e o comprometimento estatal a estas políticas, limitando (ou restringindo) a prerrogativa estatal de autoridade suprema com relação às políticas doméstica e externa adotadas em determinada sociedade. Além disso, seriam necessárias políticas que forçassem uma maior regulação dos fluxos que perpassam as fronteiras estatais, contrariando a tendência liberalizante vigente.

Estas dificuldades, no entanto, não devem servir de argumento para taxar de inúteis iniciativas como a Cúpula de Madrid. Em primeiro lugar, encontros como este servem como um espaço de discussão de problemas atuais e palco para entendimentos quanto à melhor forma de equacioná-los. No caso do terrorismo, encontrar uma plataforma conjunta para enfrentar o desafio é especialmente importante, para evitar que cada um interprete o fenômeno segundo um prisma que mais lhe convenha – o termo “terrorismo” traz em si uma carga valorativa negativa, imbuída de preconceitos e condenações morais, o que o torna, muitas vezes, passível de meio de manipulação da opinião pública. Ao mesmo tempo, as proposições de Kofi Annan – que coincidem com as proposições dos Grupos de Trabalho desenvolvidos durante o encontro – apesar de complexas, não são infundadas.

Ao contrário, parecem ser essenciais para o combate ao terrorismo (bem como a qualquer outro tipo de violência organizada): o caráter dinâmico do mundo pede que as ações contra o terrorismo sejam concertadas; essa parece ser a alternativa mais eficaz para reduzir as chances de transferência das atividades para um Estado menos regulado, ao mesmo tempo em que minimizar-se-iam as chances de a desarticulação de um módulo da rede ser superada por outros módulos.

Em outras palavras, isto significa que se exigem novos termos para o uso da violência e provimento da segurança pelo Estado. A força é, por definição, atributo exclusivo do Estado em sua defesa. O terrorismo é uma ameaça ao Estado, mas não pode ser combatido com o uso da força militar – é ineficaz o emprego desta força contra um inimigo livre de soberania – mas com o uso da força policial. Ocorre que, como as atividades do terrorismo (bem como as do crime organizado) não se situam em uma base territorial específica, o uso da força de polícia se estenderia a outros Estados, exigindo certas mudanças no exercício da soberania, que permitisse ações conjugadas em um novo regime de segurança coletiva.

Referência

[BBC](#)

[Cumbre Internacional sobre Democracia, Terrorismo y Seguridad](#)

[New York Times](#)

[The Guardian](#)

Ver também:

- [As Nações Unidas e o caráter da segurança coletiva após a Guerra Fria](#)

¹ É importante notar que, muitas vezes, as motivações estão camufladas em outros propósitos – religiosos, étnicos, etc. Isto não retira o caráter político do terrorismo. Em outras palavras, a motivação política é uma condição indispensável para que um ato seja considerado terrorista, ainda que mascarado por outras questões.

O comércio de armas entre Moscou e Damasco e seus impactos políticos no Oriente Médio

Análise
Segurança

Daniel Ferreira Mendes
11 de abril de 2005

A venda de mísseis russos para a Síria representa muito mais que um acordo de cooperação militar entre os dois países e mostra a vontade de Putin em se fazer ouvir nas questões referentes ao Oriente Médio.

Desde janeiro de 2005, Israel e Estados Unidos vinham mantendo uma forte suspeita sobre uma possível venda de mísseis russos para a Síria, um Estado, segundo os primeiros, patrocinador do terrorismo mundial, em especial do grupo Hezbollah. Washington começou a levantar o assunto após várias notícias da imprensa russa e israelense sobre um pedido sírio e a intenção russa de concretizar a venda. Os mísseis incluídos no pedido em questão eram o SA-18 Igla antiaéreo *shoulder-fired*, dezoito novos SS-26 Iskander feitos para exportação e o S-300PMU-2 (SA-10). Este último é um dos mais desenvolvidos sistemas de defesa aérea russo, similar ao que existe em Moscou. Já o SS-26 tem a capacidade de evadir outras defesas aéreas, possivelmente também os interceptadores *Patriots*, famosos na Guerra do Golfo. Seu alcance é de 280 km o que permitira a Síria atacar qualquer alvo em território israelense.

No dia 13 de janeiro o Ministro da Defesa da Rússia, Sergei Ivanov, disse em Washington que não havia conversas sobre a venda do sistema de mísseis Iskander entre os russos e os sírios e que já

estava acostumado com este tipo de especulação levantada pela imprensa sempre que se encontrava às vésperas da visita de um líder do Oriente Médio ao país. Entretanto, o ministro deixou escapar que a Rússia não está submetida a nenhum tipo de proibição de venda deste tipo de equipamento aos países estrangeiros. Segundo ele, “Esses mísseis não estão cobertos por nenhuma restrição ou obrigação internacional assumida pela Rússia” comentou, como se já justificasse uma ação futura. No dia 24 de janeiro, o presidente Vladimir Putin voltou a afirmar em telefonema ao primeiro ministro israelense, Ariel Sharon, que não venderia os mísseis SA-18 para os sírios pelo temor dos israelenses de que eles pudessem vir a cair em mãos de terroristas. Também conhecido como *Igla's*, sua versão *shoulder-fired* pode facilmente ser utilizadas por terroristas já que necessita apenas de um homem treinado para operar o lançador e por isso a venda desse equipamento preocupa bastante Israel. Além disso, o míssil pode ser disparado a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer condição climática e sem a interferência de qualquer dispositivo eletrônico ou térmico de



contramedida na sua rota. Nas mãos dos terroristas poderia se transformar numa incrível ameaça a qualquer alvo aéreo voando numa altitude de 10 metros a 3.5km e um raio de ação de 6km.

Logo após a visita do líder sírio, presidente Bashar al-Assad, o discurso de Putin mudou e ele declarou a um jornal de Jerusalém que a Rússia ainda estava considerando a venda de mísseis, incluindo o SA-18, para a Síria. Al-Assad teria pedido ao presidente que a Rússia desempenhasse um papel mais preponderante sobre o Oriente Médio e que o motivo da sua visita ao país era para discutir cooperação militar e técnica entre sírios e russos enfatizando que os mísseis seriam apenas para a defesa do espaço aéreo sírio contra incursões aéreas israelenses. Ainda segundo o presidente, “se Israel é contra nossa aquisição de mísseis de uso defensivo que só visam proteger nosso espaço aéreo é porque eles planejam nos atacar, mas não querem que nós venhamos a nos defender”. Já o presidente russo declarou que está em conversações com demais líderes regionais sobre a venda destes mísseis, que a Rússia está comprometida a manter o equilíbrio de forças na região e que não irá exportar nenhum tipo de arma que possa ser usada por terroristas ou transferida para estes sem controles.

Tão logo foi anunciado o acordo recaíram-se pressões da Europa, Estados Unidos e Israel sobre o contrato de venda dos mísseis. O chefe de política externa da União Européia, Javier Solana, disse que o acordo pode desestabilizar o processo de paz na região. Já o Departamento de Estado dos EUA ameaça impor sanções à Rússia se esta não desistir da venda. O alerta americano é de que essa transação pode levar a uma desestabilização da região do Oriente Médio. Além disso, o plano de George W. Bush em assinar um acordo entre EUA e Rússia para controlar sistemas antiaéreos portáteis (*agreement over man-portable air defense systems* (MANPADS)) ficou prejudicado com a

decisão de Putin. Tentando resolver a situação Bush e a Secretária de Estado Estadunidense, Condoleezza Rice, apostavam na ótima relação pessoal entre os dois presidentes como um fator preponderante, mas Putin parecia ignorar as preocupações e visões estadunidenses sobre o Oriente Médio. Israel fazia uma tentativa por meios diplomáticos que Putin reavaliasse sua posição.

Os russos rebatiam as críticas com o argumento de que os EUA querem impedi-los de ter uma maior participação no mercado mundial de armas. Entretanto, ao que parece, as pressões surgiram algum efeito já que os russos optaram pela venda da versão *mounted* do *Igla* também conhecida como *Strelets*. Isso significa que seu disparo depende de uma plataforma de lançamento como, por exemplo, de uma torre de um carro blindado ou de um barco patrulha ou de um helicóptero. Assim, o sistema de mira e controle não se localiza no tubo de lançamento (isso ocorre na versão portátil) e sim na cabine do helicóptero ou na ponte de comando do navio o que torna muito mais difícil a sua utilização por grupos terroristas sem o auxílio de alguém que forneça também o sistema de controle. Isso torna fácil o monitoramento caso o governo sírio deliberadamente repasse as armas aos terroristas. Entretanto nem isso acalmou Washington. Segundo oficiais israelenses e estadunidenses há uma possibilidade de que os mísseis possam ser desacoplados da plataforma de lançamento e utilizados pelos terroristas. “Montar de desmontar um míssil de sua plataforma de lançamento é uma coisa que pode ser feita em uma garagem” disse um analista da fundação Heritage.

Percebe-se então que as críticas feitas por Israel e pelos EUA à negociação dos mísseis continuam fortes apesar da Rússia ter cedido à pressão de não vender os Iskander, que poderiam acertar alvos em território israelense, e sim, somente prover aos sírios mísseis de 6km de distancia de

alcance. Portanto, é de se imaginar que o mais importante nesta cooperação militar não é propriamente a venda de armamento. Claro que isto tem um impacto direto sobre incursões aéreas que Israel, por ventura, deseja realizar sem se preocupar com forças opositoras, mas o mais importante é a retomada de preponderância do papel exercido pelos russos no Oriente Médio. No período soviético a Síria era um dos mais importantes aliados do bloco comunista na região. Ao que parece agora, ambos os líderes desejam reforçar os laços da aliança entre Moscou-Damasco. Putin disse que “A Síria é um país com o qual a União Soviética e a Rússia de hoje sempre manteve boas relações”. Em sua recente visita a região Putin deixou claro que ele deseja intervir de maneira mais incisiva no Oriente Médio. Apesar da Rússia ser um dos quatro patrocinadores da proposta de paz entre Israel e Palestina conhecida como Mapa da Paz (*Road Map*), o país perdeu boa parte de seu prestígio na região desde o fim da Guerra Fria.

Evidentemente os EUA e Israel não vêm com bons olhos a maior presença da Rússia em uma região estratégica onde têm um certo controle. Sua recente cooperação nuclear com o Irã e agora a venda de armas para os sírios demonstra essa intenção de conseguir um maior poder sobre os países locais. Entretanto, há uma preocupação em não exaltar os ânimos dos EUA e por isso o presidente visitou Israel, a primeira viagem de um líder russo ao país em todos os tempos. Antes de desembarcar em Israel, o presidente russo passou pelo Egito com o objetivo de aumentar as relações políticas e econômicas com este. Antes de 1970 russos e egípcios mantinham fortes laços, mas depois disso o Egito se virou para o lado do ocidente tornando os EUA o seu mais importante parceiro internacional. Pouco antes de embarcar para Tel-Aviv Putin disse que deseja sediar uma conferência sobre o processo de paz no Oriente Médio no final de 2005.

O encontro com Ariel Sharon tinha por objetivo forjar um melhor relacionamento entre os dois países. Além do fato já mencionado de que a Rússia é um dos quatro atores do processo de paz Mapa da Paz, outros assuntos entraram na pauta de conversação entre os dois presidentes. O comércio entre russos e israelenses está crescendo. Israel já importa grandes quantidades de petróleo russo. Mais que isso, os dois lados expressam um interesse comum em combater o terrorismo internacional e planejam desenvolver estratégias de cooperação na área. Outra situação que por si só já garante uma visita é que 20% da população de Israel falam russo, já que são provenientes dos ex-Estados Soviéticos que foram para lá com a decisão final de Moscou de revogar a proibição de emigração dos judeus em 1980. Mas, obviamente, o cerne da discussão foi sobre o tema da venda de armas para a Síria e a cooperação nuclear com o Irã, além do conflito com os palestinos. Putin disse que os mísseis exportados para a Síria não representam ameaça para Israel devido ao seu caráter ser dependente de uma plataforma de lançamento. “O sistema de mísseis que vamos prover aos sírios é de curto alcance. E não representa ameaça sobre o território de Israel” disse o presidente russo e continuou “Nós não estamos planejando fazer nada que possa alterar a balança de forças na região”. Segundo ele foi um veto pessoal dele que impediu a venda do sistema de longo alcance Iskander. Por outro lado, ele admitiu que, realmente, o programa nuclear iraniano tem que ser monitorado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e que a Rússia está trabalhando para garantir que a capacidade nuclear iraniana seja usada somente para fins pacíficos. Ele disse que o Irã deveria abandonar toda tecnologia para criar um ciclo nuclear completo e também não impedir que seus sítios nucleares sejam inspecionados.

Sendo assim, a visita de um líder russo ao Oriente Médio depois de mais de

quarenta anos denota a vontade política de Vladimir Putin conseguir novamente o prestígio que a União Soviética tinha na diplomacia da região. Mas também mostra as limitações que a Rússia estará submetida agora que não é mais uma superpotência. O Oriente Médio durante a Guerra Fria sempre foi um ponto estratégico chave na política externa de Moscou. Esta ajudou militarmente muitos dos países árabes e mantinha laços estreitos especialmente com a Síria e o Egito. Mas mesmo antes do modelo comunista entrar em colapso, os russos já vinham perdendo sua influência na região. O processo de paz entre Israel e Egito fez com que os egípcios pendessem fortemente para o lado estadunidense. Com o fim do regime a situação se agravou já que os russos se voltaram para assuntos internos e sua política exterior estava muito voltada aos ex-Estados soviéticos tentando manter certo controle e influência sobre estes. O limite do peso que hoje a Rússia pode ter sobre a região em comparação com o período soviético mostra claramente que as pretensões de Putin não serão alcançadas tão facilmente. A proposta russa de uma conferência de paz no final do ano não despertou interesse nem de estadunidenses ou de Israel. Encontrou algum apoio palestino mas mesmo estes não estão tão otimistas sobre o peso diplomático que a Rússia pode ter nas negociações. Entretanto a visita sedimentou uma relação mais madura entre Moscou e Tel-Aviv o que é muito importante para ambos devido a grande comunidade russa que agora se estabeleceu em Israel.

A reação contra esta tentativa russa por parte dos EUA e de Israel nos faz perceber que no mínimo eles desejam manter a Rússia fora do mercado armamentista da região que gera 1,5 bilhões de dólares por ano. Também sinaliza que eles desejam que somente Tel-Aviv e Washington possam decidir de fato os rumos e interferir nos países da região e mostrar que este direito é negado a Moscou e as

demais capitais, incluindo os europeus e até mesmo o Conselho de Segurança da ONU.

Referência

[BBC](#)

[CNN](#)

[Missile Threat](#)

[MOS News](#)

[RIA Novosti](#)

[The Moscow Times](#)

[World Tribune](#)

A nova lei anti-secessão e as relações entre a China e Taiwan

Análise
Segurança

Bernardo Hoffman Versieux
15 de abril de 2005

No último Congresso Nacional Popular da China foi criada uma lei que permite o uso de meios não pacíficos para a resolução da divergência entre os dois países, caso Taiwan declare formalmente sua independência. Torna-se, então, premente o estudo dessa mudança nas relações entre ambos e os demais países do sistema internacional.

A ilha de Taiwan (também denominada de Formosa por causa da colonização portuguesa), localiza-se ao sudeste do continente asiático e pertence historicamente à China. A disputa sobre a ilha advém da guerra civil chinesa que ocorreu entre 1929 e 1949 e que culminou na chegada ao poder pelo Partido Comunista, concretizando a Revolução Comunista na China. O Kuomintang - Partido Nacionalista - foi derrotado e refugiou-se na ilha de Taiwan. Para o governo central chinês, a ilha é considerada, desde o fim da guerra, uma província rebelde que faz parte da "Grande China" (assim como o Tibete, Hong Kong e Macau), mas nenhuma ação militar de dominação foi realizada. Já os refugiados acreditam terem constituído uma nova nação, do povo taiwanês, mas, por outro lado, nunca declararam a independência formalmente. É nesse contexto anômalo do sistema internacional que se configura uma das maiores tensões geopolíticas atuais, a qual será tratada a seguir.

O Congresso Nacional Popular acontece uma vez por ano em Beijing, capital da China. Este evento reúne todas as representações do país, sejam étnicas,

lingüísticas, religiosas, culturais ou políticas. Nesta ocasião todos esses grupos fazem suas demandas frente ao governo central, como também, participam das votações dos pontos relevantes para a pauta do governo. Foi neste contexto que a lei de anti-secessão foi aprovada dia 14 de março de 2005 com uma margem de 2896 a 0, com duas abstenções.

O texto da nova lei tem o propósito primordial de impedir que Taiwan se separe da China, sob os argumentos de soberania, integridade nacional e de preservação dos interesses da nação chinesa como um todo. O texto ainda trata a questão como referente somente ao povo chinês (incluindo os taiwaneses nessa definição) e esta deve ser vista pelo mundo como uma questão interna, sem fazer uso de intervenções. Por fim, o texto descreve algumas medidas a serem adotados pelos dois países para criar a convergência dos interesses, a cooperação e a união entre os mesmos.

Acredita-se que tal lei foi implementada somente agora porque o governo de Taiwan está sob comando do Partido Progressista Democrático, que tem como ideologia política a manutenção da democracia, o fortalecimento de um



Estado liberal e, principalmente, a formalização da independência política do país.

O governo chinês afirmou que a lei anti-secessão foi realizada no intuito de estreitar os laços entre os dois países, diminuir a tensão no Estreito de Taiwan, garantir a manutenção da soberania da China em todo seu território (inclui-se a ilha) e expressar o profundo sentimento do povo chinês no que tange a unificação.

Já o governo taiwanês considerou tal lei como uma autorização chinesa para a guerra e uma afronta à soberania do povo taiwanês. O governo ainda afirmou que "todo o povo taiwanês é contra a nova lei e acreditamos que toda a comunidade mundial também se oponha à mesma". Mas apesar dos discursos enfáticos e nacionalistas, o governo da ilha tem sido muito cuidadoso nas palavras para não deflagrar o conflito. Tais discursos têm muito mais um caráter de mobilização popular do que uma provocação ao continente, até porque o governo chinês já devia ter em mente que a lei anti-secessão não seria bem recebida pelo governo opositor e por boa parcela da população taiwanesa, contrários à unificação.

Não se pode saber ao certo qual foi a reação da lei de anti-secessão no plano interno chinês, visto que a liberdade de expressão é muito reduzida, mas acredita-se em um largo apoio da maior parte da população.

Já em Taiwan, as reações foram claramente divididas. A maioria da população é contrária à unificação e, por sua vez, não reagiu favoravelmente à lei. No dia 26 de março de 2005 foi realizada uma grande marcha pela democracia e pela paz. Tal movimento foi realizado pelo partido da situação e reuniu milhares de pessoas nas ruas da capital Taipé, com a participação do presidente Chen Shui-bian.

Já a minoria (mas ainda uma parte bem expressiva da população) considera a nova lei um avanço no processo de

unificação entre os dois países e tem como principal apoio político o partido da oposição, o KMT (Partido Nacionalista ou Kuomintang), que governou a ilha por cinquenta anos e detém fortes laços com o continente. O partido realizou no dia 28 de março, dois dias após as manifestações populares, uma viagem histórica à China, foi a primeira viagem de cunho político entre os dois países desde o fim da Revolução de 1949. O evento permitiu que o partido taiwanês afirmasse todo seu comprometimento com o processo de unificação e apoio às medidas adotadas pela China.

No plano internacional, a lei teve repercussão imediata, pois se trata de uma região geopolítica de extrema importância para várias potências como o Japão e os Estados Unidos, que provavelmente estariam envolvidas contra a China caso a guerra se irrompesse. Outros países da região como Austrália, Filipinas e Coreia do Sul, de menor expressão mundial, também se alarmaram com a possibilidade de um conflito.

Apesar desses países asiáticos e da Austrália deterem ligações ideológicas e políticas com Taiwan, estes preferem manter uma relação de "boa vizinhança" com a China. Os discursos dos Chefes de Estado revelam bem esta dicotomia: enquanto defendem a liberdade dos povos e sua autodeterminação em favor de Taiwan, afirmam e ressaltam a grande importância das relações de cooperação, principalmente econômica com a China. O receio da ocorrência de um conflito, envolvendo toda a região, fez com que esses países buscassem uma aproximação com a China, através da manutenção das boas relações diplomáticas e econômicas.

A posição dos Estados Unidos nesse contexto é diferente da dos demais países. O país não adota um comportamento conciliatório, e sim, tenta por meio de seu poder no sistema evitar que o conflito ocorra. A política estadunidense de combate aos regimes autoritários e a

difusão no sistema internacional dos princípios democráticos e capitalistas estreitaram as relações entre o país e Taiwan desde o fim da Guerra Fria, e principalmente pós-atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Tal posição política, então, não permitiria aos Estados Unidos simplesmente deixar a questão de lado, como quer a China, pois tal atitude iria abalar a imagem do país no contexto mundial de duas formas. A primeira seria uma demonstração de fraqueza perante a China. E a segunda seria uma contestação dos princípios e valores adotados pelo país em sua política externa, afetando até a política de combate ao terrorismo. Dessa forma, muitos acreditam que um conflito entre a China e Taiwan levaria invariavelmente a uma participação dos Estados Unidos em favor de Taiwan, o que por sua vez elevaria o caráter do conflito de um nível regional para um nível mundial - a guerra deixaria o contexto local e se configuraria como uma guerra entre grandes potências: China e Estados Unidos, que envolveria, muito possivelmente, outras potências e outras regiões no mundo.

A movimentação do governo estadunidense não se restringe às declarações e aos discursos contrários ao novo posicionamento chinês perante a independência de Taiwan, esta se dá em várias áreas e é denominada de política de contenção da China.

No plano militar, as tropas do país na Ásia Central e no Leste Asiático, principalmente na Coreia do Sul, estão em estado de prontidão e já começaram a realizar exercícios que permitam uma rápida movimentação de tropas caso o confronto se concretize. Além disso, os Estados Unidos estão pensando em aumentar o número de seus efetivos na Ásia, visto que as recentes cooperações militares entre a China e a Rússia e a China e a Índia estão sendo consideradas uma ameaça, pois o fortalecimento militar desses três importantes países representa

uma diminuição do poder relativo estadunidense na região.

No plano político, visualiza-se uma movimentação dos Estados Unidos pela formação de um bloco entre os países asiáticos, e até mesmo entre a União Européia, que seja enfático na condenação da política chinesa e na defesa dos princípios de democracia e liberdade. Dessa forma, aumentar a pressão sobre o governo chinês, reforçar os valores estadunidenses no Leste Asiático e diminuir a possibilidade de um conflito.

Tal influência política estadunidense pode ser vista fortemente também no que tange o embargo de armas à China feito pela União Européia. O embargo teve início em 1989 depois dos confrontos da Praça da Paz Celestial. Desde o ano passado, a União Européia vem considerando a suspensão do embargo, mas as negociações em torno do tema nunca chegaram a um consenso. Encontros recentes pendiam as negociações para o fim do embargo, o que se chocava diretamente com os interesses estadunidenses de contenção da China. Mas o que se viu foi uma influência maciça dos Estados Unidos nas negociações, levando mais uma vez ao adiamento da questão.

Por fim, percebe-se que, além dos países envolvidos indiretamente na questão, China e Taiwan também não desejam a guerra como meio para se resolver suas relações. A nova lei foi uma resposta assertiva da China a uma mudança drástica da política taiwanesa com relação ao processo de unificação. Mas, apesar desse desejo pacifista, ambos países estão sendo muito cautelosos em suas ações, visto que a tensão é grande e qualquer erro pode resultar em uma guerra de enormes proporções.

Referência

[BBC](#)

[CNN](#)

[Folha de São Paulo](#)

[The Brookings Institution](#)

[The Washington Post](#)

Instabilidade no Quirguistão: envolvimento de questões étnicas e geográficas

Análise
Segurança

Wesley Robert Pereira
15 de abril de 2005

Eleições parlamentares marcadas por fraudes culminaram com a destituição do presidente. Analistas internacionais afirmam que a “ilha de democracia” que o Quirguistão representava na região da Ásia Central foi a causa da queda do regime pró-soviético.

O Quirguistão é um país localizado na Ásia Central – região geográfica que inclui também o Cazaquistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão – e faz fronteira com a China¹. O país foi anexado à Rússia em 1864 e ganhou sua independência em 1991 com a fragmentação da União Soviética. Suas fronteiras são instáveis e há enclaves no território no país pertencentes ao Uzbequistão e Tajiquistão. Seus políticos ainda são remanescentes da época do comunismo soviético e recebem apoio da Rússia. É um pequeno país numa região de grande peso geopolítico, inclusive pela existência de matrizes energéticas e de diferenças multiétnicas.

As eleições parlamentares no Quirguistão foram marcadas por obscuridades institucionais e a crise instaurada a partir daí levou o presidente Askar Akayev se refugiar na Rússia. O presidente e seus familiares fugiram para Moscou. Estas eleições ocorreram em dois turnos, 27 de fevereiro e em 13 de março, e a oposição conseguiu apenas 10% das cadeiras de um Parlamento com 75 assentos. (Em referendo de 2003, o sistema bicameral

quirguiz passaria a ser unicameral a partir destas últimas eleições – anteriormente as duas câmaras tinham 70 e 35 assentos.) Muitos dos candidatos parlamentares de oposição foram desqualificados sob diversos pretextos e por isso não concorreram ao pleito. Tais obscuridades no processo eleitoral para o Parlamento permitiram manifestações da oposição após o resultado das eleições se espalhassem pelo país. A oposição se apossou de alguns prédios públicos e alcançou, pela primeira vez na história, a capital Bishkek, em que invadiu a sede do governo, também denominada de Casa Branca, em 24 de março.

Após a queda do governo de Akayev este pediu renúncia no início de abril para evitar um possível impeachment, o que já estava sendo considerado pelo Parlamento. O país foi assumido interinamente por Kurmanbek Bakiev, líder da oposição, nas funções de presidente e de primeiro-ministro, funções estas confirmadas tanto pelo antigo parlamento (bicameral) quanto pelo novo (unicameral). Para assessorar essa transição foi criado, pelos líderes da oposição, o Conselho de Coordenação da Unidade do Povo.

¹ Vide mapa ilustrativo ao final do texto

O sistema político na República do Quirguistão possui as três divisões tradicionais do poder: Executivo, Legislativo e Judiciário. As relações entre as duas primeiras foram alteradas com o referendo de 2003, que, de certa forma, deu ao Executivo mais poder em detrimento do Legislativo. As eleições presidenciais ocorrem de 5 em 5 anos e Akayev estava no poder desde outubro de 1990 vencendo as eleições presidenciais de 1995 e de 2000. O Gabinete é escolhido pelo presidente sob as recomendações do primeiro-ministro. As próximas eleições presidenciais estavam marcadas, inicialmente, para 30 de outubro do presente ano. O primeiro-ministro é escolhido pelo presidente. O Executivo é composto por um presidente e por um primeiro-ministro.

Diante desse sistema político e da atual crise faz-se necessário demonstrar um perfil do Quirguistão e o que o país representa no jogo geopolítico mundial. Também é preciso estabelecer uma relação entre a democracia no país e esta entre seus vizinhos da Ásia Central.

No primeiro turno dessas eleições parlamentares, em fevereiro de 2005, a Missão de Observação de Eleições do *Office for Democratic Institutions and Human Rights* (ODIHR) da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) agradeceu pela cooperação das autoridades do Quirguistão e disse que houve melhoras no processo eleitoral. Mas lamentou que:

(...) as eleições não tenham correspondido aos compromissos assumidos perante a OSCE nem a outros critérios internacionais em matéria de eleições democráticas numa série de domínios importantes e, em particular, que a sua dinâmica competitiva tenha sido minada pela compra de votos em larga escala, pela anulação do registro de candidatos e pelo baixo nível de confiança dos candidatos e dos eleitores nas

instituições eleitorais e judiciais. (...) A UE [União Européia] também está preocupada com o fato de não ter sido respeitada a liberdade de imprensa e com a pressão exercida sobre a comunicação social independente do Quirguistão, que aliás foi aumentando ao longo da campanha eleitoral (Conselho da União Européia [7042/05 – *Presse* 55] p.1-2).

Nessa ocasião a UE solicitou ao governo quirguiz a implementar reformas democráticas. Na verdade, o Quirguistão é considerado o país mais democrático da região, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (2000) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo esse relatório, a democracia é mais sólida do que no Uzbequistão, em que há questionamentos quanto ao seu processo eleitoral, e a do Turcomenistão, “que tem um presidente vitalício”.

Essa natureza democrática do país chega a ser considerada, numa região de regimes democráticos restrita, como a causa da instabilidade no país. Para o observador político da *Russian Information Agency Novosti* (RIA Novosti), Dmitri Kossyrev, um país em vias de democratização naquela região permitiu que se formasse uma oposição como em todas as democracias (mesmo as restritas). Com 5 milhões de pessoas e com uma força armada de apenas 20 mil pessoas, incluindo as forças de segurança, que despendem um gasto de apenas 1,4% do PIB, o governo quirguiz não estava preparado para conter manifestações de massa.

Segundo Saula Mukhametrakhimova, diretora do programa para a Ásia Central da Organização Não-Governamental Instituto para Reportagens para a Guerra e Paz, os eventos ocorridos na Ucrânia (2004) e na Geórgia (2003) possuem semelhanças com o que ocorreu com o Quirguistão e o fato de tais terem sido decorridos de eleições é um deles. Mas

ressalta que também há diferenças, sobretudo quanto à unidade da oposição que no caso quirguiz é menor. Mas Dave Gullete, especialista na política da Ásia Central da Universidade de Cambridge, já observa que “os líderes de oposição do Quirguistão perceberam e entraram em contato com grupos de oposição na Geórgia e Ucrânia” que nesse caso é uma forma de dar maior coesão à oposição.

Um fator a ser adicionado é o geográfico-demográfico. O sul é constituído majoritariamente pelas etnias Uzbeque e quirguiz. Na década de 1990 esses dois grupos se enfrentaram diversas vezes no país. A região sulista possui bastante influência do Uzbequistão já que este possui enclaves dentro do território quirguiz e conta com uma fronteira de 1100 km de extensão. Tal extensão é devido à configuração do Uzbequistão, que adentra o território quirguiz.

Na questão demográfica, o Uzbequistão possui uma população de mais de 26 milhões de habitantes com 80% destes da etnia Uzbeque contrastando com o Quirguistão, que possui 5 milhões de habitantes, em que há 65% de quirguizes e 14% de uzbeques. Na verdade, os dados sobre a etnicidade dos dois países mostram uma desvantagem enorme da etnia quirguiz frente à uzbeque. Vale lembrar que não há quirguizes no território do Uzbequistão.

No norte do Quirguistão há a presença de uma população a favor ao antigo regime de Akayev e de maioria russa. A Rússia possui uma base militar nas proximidades da capital Bishkek e ainda não vê motivos

para alarde quanto à questão da segurança.

Para o Departamento de Estado dos Estados Unidos os eventos ocorridos no Quirguistão não inviabilizam a utilização do aeroporto utilizado por forças armadas estadunidenses no território quirguiz. Essa base foi utilizada na guerra contra o Afeganistão (2001) e continua sendo usada pelos EUA. Para o porta-voz do Departamento de Estado a situação com o novo governo é contínua e a base ainda é utilizada na luta contra o terrorismo.

Referência

[BBC Brasil](#)

[BBC News](#)

[CIA – The World Factbook](#)

[Departamento de Estado dos Estados Unidos](#)

[Der Spiegel](#)

[Estadão](#)

[Estado de Minas \(UAI\)](#)

[Eurasianet](#)

[IISS – International Institute for Strategic Studies](#)

[Russian and East European network information center](#)

[Russian Information Agency \(RIA\) Novosti](#)

[Yahoo Notícias](#)



Bolívia revisa sua lei para exportação de hidrocarbonetos

Resenha
Economia e Comércio

Camila Penna de Castro
15 de abril de 2005

A nova lei sobre hidrocarbonetos aprovada pela Câmara de Deputados boliviana e que está agora sob a análise do Senado foi razão de inquietações no país em março passado, culminado com o pedido de renúncia do Presidente Carlos Mesa Gisbert.

A Câmara de Deputados da Bolívia aprovou, no dia 16 de Março, nova proposta de lei para taxação da exportação de hidrocarbonetos no país por empresas estrangeiras. A tarifa que é cobrada atualmente, de 18% em royalties, para a exportação dos hidrocarbonetos – carvão mineral, gás e petróleo¹ – foi o principal alvo de protestos e greves que paralisaram o país em princípios de março. Os protestos liderados pelo deputado do partido Movimento ao Socialismo (MAS) Evo Morales, pela Central Operária Boliviana (COB) e por alguns grupos de trabalhadores rurais e comunidades indígenas, bloquearam estradas de importante acesso. Dentre elas a que liga a capital La Paz ao aeroporto internacional em El Alto, as que ligam Santa Cruz de la Sierra – importante centro econômico do país – aos portos de exportação no pacífico.

A principal reivindicação dos manifestantes era a aprovação de uma lei pelo Senado, segundo a qual se passaria a cobrar 50% de royalties para a exportação dos hidrocarbonetos. A proposta apresentada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico e aceita pela

Câmara foi criticada pelo Presidente Carlos Mesa, que alegou que um aumento dessa tarifa iria afugentar os investimentos feitos pelas empresas estrangeiras no país, os quais contribuem significativamente para a renda nacional. Ao passo que o argumento central dos líderes da oposição é o de que a tarifa atual estaria tirando das mãos dos bolivianos os benefícios advindos da exploração do gás de seu próprio país. Com efeito, em que pese o fato de que a Bolívia abriga a segunda maior reserva de gás da América do Sul, os bolivianos acedem a menos de 1% do gás extraído no país.

Após a aprovação da lei pela Câmara Deputados, os protestos – incitados pelos líderes da oposição para que a lei fosse aprovada pelo Senado – se agravaram. Em face à paralisação geral do país que os bloqueios de estradas e as greves estavam acarretando, o Presidente da República apresentou ao Congresso sua renúncia, alegando que a situação atual do país impossibilitava qualquer condição de governabilidade. Contudo, a renúncia apresentada ao congresso não foi irrevogável, o que significa que, em última instância, estava a cargo deste decidir sua aprovação ou não. Isso foi interpretado por alguns analistas como uma jogada

¹ O principal hidrocarboneto exportado pela Bolívia é o gás, seguido pelo petróleo.

política de Mesa para reafirmar seu poder no país, uma vez que ele sabia que sua renúncia não seria aceita e tampouco era palatável à oposição – que o prefere a seu possível sucessor, o presidente do Congresso, Vaca Díez.

Carlos Mesa, que assumiu o governo na Bolívia em outubro de 2003, era, por sua vez, o vice-presidente do líder eleito González Sancho de Lozada, o qual governou o país por apenas catorze meses, renunciando após um período de forte instabilidade devido a protestos da população contra a proposta de exportação de gás boliviano ao México e aos Estados Unidos por um porto chileno². Juntamente com sua renúncia, Mesa apresentou ao Congresso um documento denominado “Pacto Social de Governabilidade”, segundo o qual deveria haver: uma revisão da nova lei sobre a exportação de hidrocarbonetos, eleições diretas para prefeito – que são ainda indicados pelo Presidente, e a convocação de uma nova Assembléia Constituinte, entre outros. O pacto foi aceito pelo Congresso e o presidente da Câmara, Mário Cossío, apresentou uma nova solução para a taxa dos hidrocarbonetos, segundo a qual seriam cobrados 18% de royalties e 32% de impostos. A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados, contudo, não recebeu apoio do MAS e de outros parlamentares da oposição, que não aceitaram a estipulação dessa tarifa e deram prosseguimento aos protestos. Em resposta a esses, Mesa apresentou uma proposta de antecipação das eleições presidenciais para agosto deste ano, a qual foi negada pelo Congresso – comprometendo-se ele, portanto, a continuar seu mandato constitucional até 2007.

A nova lei sobre exportação de hidrocarbonetos, que estipula uma tarifa de 18% para royalties e 38% de impostos, está sendo analisada pelo Congresso no momento. No dia 14 de abril o Presidente Mesa enviou ao Congresso 76 acordos de “compartilhamento de riscos” – realizados entre o Estado boliviano e as empresas estrangeiras de petróleo e gás que operam na Bolívia – para que esse julgue sua validade. Segundo esses acordos o governo boliviano se compromete a dividir os riscos com os empreendimentos estrangeiros presentes no país. Os congressistas deverão analisar tais acordos nas próximas semanas. Não obstante, alguns senadores da oposição declararam que não irão aprovar os acordos, posto que, com a aprovação da nova lei de hidrocarbonetos, eles deverão ser reavaliados, dispensando, pois, sua aprovação antes disso.

A nova lei sobre exportação de hidrocarbonetos tem impacto direto nos interesses de Brasil e Argentina, principais exportadores de gás da Bolívia na América do Sul. A Argentina tem um contrato com a Bolívia de fornecimento de gás ao noroeste do país, através da construção de um gasoduto que a conecta a essa porção de seu território. O Brasil, por sua vez, tem, desde 1999, um acordo de fornecimento de gás com a Bolívia, que vem sendo cumprido por meio do transporte pelo gasoduto Brasil-Bolívia. A petroleira estatal brasileira, Petrobrás, tem também investidos em torno de US\$1,5 bilhão no país, em obras tanto no setor gasífero como petrolífero. Os governos de ambos os países afirmaram seu apoio ao presidente Carlos Mesa, contudo, continuam à espera de uma decisão favorável a seus investimentos no país.

² A Bolívia tem uma relação diplomática frágil com o Chile desde a Guerra do Pacífico de 1879, quando o último anexou parte do território boliviano, tirando sua saída para o mar. Com efeito, atualmente o Chile não compra gás da Bolívia

Referência

Sites:

[Estado de São Paulo](#)

[Clarín](#)

[New York Times](#)

[La Razón](#)

Palavras Chaves: Bolívia, Energia, Crescimento, Impactos, Economia, Comércio, Exportação, Hidrocarboneto, Camila, Penna, Castro.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

